

PODE-SE FALAR DE UMA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA?

E POR QUE FALAR? É DESEJÁVEL QUE SE FALE?

José Carlos Reis

Professor do Departamento de História/UFMG

Doutor em Filosofia/ISP-UCL

Formulando o problema da identidade nacional brasileira

Teríamos um “caráter nacional brasileiro”? Haveria uma “essência brasileira” e seria possível uma “ontologia do ser brasileiro”? Pode-se falar de uma “alma comum”, de um “espírito homogêneo”, de uma “vida compartilhada”, de uma “experiência brasileira”, que abriria para um “horizonte de expectativa” genuinamente brasileiro? Existiria a realidade histórico-social chamada “Brasil” ou não existe e não veremos país nenhum?

Sobre a Identidade Nacional: Posições

1) A posição mais dogmática: “A Terra é um jardim de flores-nações” (Herder)

Herder representa o historicismo romântico alemão do século XIX contra o Iluminismo francês, ao defender o conhecimento do particular, do singular, do nacional, de forma intuitiva, com imaginação poética e histórica, contra o conhecimento claro e distinto, racional, de leis universais, válidas para toda a humanidade.

Para Herder, em sua obra *Idéias para a Filosofia da História da Humanidade* (1784/91), o objeto do historiador é a nação, a vida das comunidades, o espírito de uma

cultura. A nacionalidade seria a afinidade, a solidariedade de um grupo, a cultura comum em um ambiente natural comum. As comunidades constituem uma “pátria”, possuem uma “alma natural”, habitam um território. Uma nação descende de si mesma, torna-se o que já é, assim como a árvore cresce da semente. Os frutos são o encontro da semente original consigo mesma, que relança e realiza a vida com novo vigor. As nações em sua evolução realizam o que já são potencialmente. A evolução é uma unidade na diferença: a sucessão temporal não afasta da origem, realiza a origem. A sucessão é mudança que realiza a identidade. Por mais forte que seja uma descontinuidade, por exemplo, uma invasão por parte de outra comunidade, a unidade nacional permanece inabalável. Os judeus, os egípcios, os chineses, os iraquianos, os georgianos, quanto mais oprimidos, mais unidos são em seu caráter nacional. Se cada uma dessas nações tivesse ficado em seu ambiente natural, a Terra poderia ser considerada um como “jardim”, onde cada planta nacional floresce com a sua própria forma, cor, cheiro. As flores-nações são singulares, nascem em um território determinado, têm a sua própria natureza e o seu próprio ritmo de evolução.

2) Três fortes reações à teoria herderiana do caráter nacional

a) A Nação é um Mal!

Para Collingwood, esta teoria herderiana do caráter nacional pode ter conseqüências políticas perigosas. Ela legitima o orgulho e o ódio nacionais, o patriotismo xenófobo e o expansionismo imperialista. Ela legitima a idéia de que existe uma nação européia mais apta a dominar o mundo. A Europa seria uma região tão privilegiada da vida humana como o homem é privilegiado entre os animais. O europeu seria um homem de raça superior, mais humano do que os demais. A Europa se nutriria de espíritos nacionais escravizados, inseridos em uma evolução que não seria a sua própria. A teoria da identidade nacional, nestes termos “essenciais”, precisa de algo fora dela, uma outra identidade, que não é ela, um outro, que ela exclui, usando como critério a sua homogeneidade interna, fechada. O discurso de uma identidade nacional essencial é um ato de poder, que uniformiza somente na medida em que diferencia da alteridade, que deve ficar no exterior e, no limite, deve ser eliminada, para a sua

segurança interna. Esta teoria legitimou todos os governos fascistas, todas as perseguições racistas, todas as guerras de extermínio e limpeza étnica. (Apud Berlin, 1982)

Hoje, a França neoliberal e cada vez mais anglo-saxã, criou um Ministério da Identidade Nacional, cuja missão é fazer a “caça ao homem não europeu” sob o argumento (até plausível!) de que “é um país soberano, com leis consolidadas, e tem o direito de receber em seu território a quem ela quiser!” Um “argumento plausível”, porque apoiado no direito, mas que faz corar moralmente a França revolucionária, criadora dos direitos humanos, de todos os valores de esquerda.

Para o eminente historiador Evaldo Cabral de Mello, esta discussão sobre a identidade nacional brasileira é perigosa e pode fazer muito mal ao Brasil, comentário que recebi como um “puxão de orelha”. (Entrevista à TV UFMG)

b) A Nação é um Bem!

Para Isaiah Berlin, em sua obra *Vico e Herder*, a leitura de Collingwood de Herder é incorreta. Para Herder, jactar-se de pertencer a uma pátria é a forma mais estúpida das jactâncias. Patriotismo é uma coisa, nacionalismo estatal, outra coisa. O nacionalismo de Herder nunca foi político, mas “cultural”. A natureza criou nações e não Estados. Para ele, o nacionalismo agressivo é detestável, as guerras imperialistas, crimes. Uma mãe-pátria não pode desprezar o amor pátrio alheio. A nação nunca é imperialista. É o Estado que a transformou nisso. Herder não aceitava a submissão de uma alma natural a outra. As formas diferentes da humanidade deveriam se manter em sua diferença para que a humanidade fosse como um “jardim”. A Europa não é a parte da Terra mais sábia, mas a mais arrogante e cobiçosa e não tem o direito de eliminar outras formas humanas de vida. O mal não é o nacionalismo, mas o Estado, que é frio e violento.

c) Nunca houve Nação, mas “Estado-Nação”

Gellner, em sua obra *Nações e Nacionalismo*, afirma que a teoria herderiana é um equívoco: nunca houve este nacionalismo essencial! Este romantismo nacionalista

é uma fábula, um mito. Para ele, ao contrário, foi o nacionalismo do Estado que criou as nações. O nacionalismo foi uma ideologia criada para a constituição e a consolidação dos Estados Nacionais, necessária ao desenvolvimento capitalista. Na Europa do século XIX, o desenvolvimento capitalista foi comandado por estes Estados-Nações: o capitalismo francês, o alemão, o inglês. As economias eram nacionais e o nacionalismo servia ao fortalecimento dessas economias. O Estado produzia a homogeneidade cultural para acelerar o desenvolvimento econômico. Nunca houve identidade nacional espontânea: o nacionalismo foi implantado pelo capitalismo. Nação não se relaciona com sentimento, irracionalismo, romantismo. É um fenômeno recente que consolidou a Europa como uma economia forte.

3) O nosso ponto de vista sobre a identidade nacional brasileira:

“Pensar a vida, eis a tarefa!”... (Hegel)

O nosso “problema nacional” chama-se “Brasil”, a nossa Vida se realiza concretamente na realidade brasileira, e devemos contribuir, a universidade brasileira deve contribuir, inclusive, porque é paga para isso, e isto inclui os departamentos de filosofia, para a busca das melhores soluções.

Para nós, a nação brasileira não é o resultado da “astúcia da razão” do Estado. Será que tudo o que o povo pensa e sente é estimulado e controlado pelo Estado? Pode-se reduzir a nação brasileira ao Estado? Para nós, há uma cultura nacional, popular, que tem um sentimento espontâneo e sincero de pertencer a um “mundo histórico singular”. Há uma identidade nacional que tem o desejo de uma “Nação-Estado”. Há uma nação que deseja criar uma burocracia estatal que a organize e administre com eficiência, sem oprimi-la, sem desviar as suas riquezas para cofres privados. A nação transcende o Estado na medida em que a cultura nacional não se restringe à esfera política. A identidade nacional não se define pelo Estado, na esfera política, mas na esfera cultural, a mais onipresente das esferas sociais. Talvez, a identidade nacional popular seja um “sonho coletivo”, uma “imaginação compartilhada”, uma “criação coletiva”.

A identidade nacional é criada pelas linguagens nacionais: da vida cotidiana, das atividades econômico-sociais, dos conflitos locais, dos valores locais, que aparecem na

música, na poesia, na historiografia, nas artes, na política. Há discursos historicamente construídos, sinceros e vivos, que expressam o sentimento de pertencer à identidade nacional brasileira. Esta identidade não é nem essencial e nem natural, nem ontológica, mas uma “imaginação compartilhada”, criada em múltiplas linguagens, divergentes, discordantes, mas sobretudo “interlocutoras” umas das outras. A nação não seria só uma entidade política, mas um sistema de representação cultural. A nação seria uma comunidade simbólica, a identidade nacional seria mediada simbolicamente, através da criação de um idioma/dialetos e de rituais, que expressam sentimentos comuns, um espírito solidário. Uma cultura nacional seria um conjunto de discursos, imagens, símbolos, que expressam os sentimentos com os quais os membros do grupo se identificam. Os membros de uma nação se nutrem desse espírito que os envolve e, quando se distanciam, sofrem, míngam e podem morrer por “asfixia cultural”. (Ver Reis, 2006 e 2008)

Eis a Nossa Tarefa

Se a identidade nacional brasileira é uma “imaginação compartilhada”, é nossa tarefa mergulhar nas linguagens que expressam a alma brasileira: nos sinais, expressões, símbolos, textos, artefatos, imagens, ícones, poemas, obras filosóficas, historiográficas, sociológicas, literárias, jurídicas, científicas, religiosas, econômicas, cinematográficas, enfim, em toda a **documentação que expressa o espírito brasileiro**. É preciso retomá-las, estudá-las, repeti-las, memorá-las, interpretá-las, traduzi-las e integrá-las ao presente, como um precioso patrimônio nosso. Esta é a “vida do espírito” de um povo. Os europeus têm bibliotecas repletas de obras com o seguinte conteúdo: Platão disse isso, Aristóteles, Descartes, Febvre, Braudel, Hegel, Marx, disseram isso... E repete-se incansavelmente o que os intérpretes das identidades européias disseram sobre os europeus e as suas alteridades. Mas, não se trata somente de “repetir mecanicamente”, mas de “repetir reflexivamente”, de “reconstruir criticamente”, de “reavaliar” e de “retransmitir”, de se “apropriar” de um patrimônio cultural próprio. Não se pode ignorar a importância da contribuição desses estudos e comentários para o sucesso europeu.

No Brasil, a “vida do espírito” tem sido tão miserável quanto a vida material! Os estudos filosóficos são completamente “aculturados” (dominados): os europeus não precisam de nós para comentar e compreender os seus textos! Eles querem “interlocutores” e não repetidores acríticos dos seus filósofos, repetições que eles francamente desprezam! Para os departamentos de filosofia europeus, um filósofo brasileiro da UFMG ou da USP jamais terá algo de original a dizer sobre Heidegger, Sartre ou Wittgenstein. No máximo, poderão fazer boas sínteses ou boas repetições do que eles já sabem! E o Brasil precisa dos nossos recursos intelectuais, das nossas energias mentais, para se pensar, se conhecer, se avaliar, se resolver. Nós temos poucos “Frei Vicente, Varnhagen, Nabuco, Bomfim, Holanda, Freyre, Furtado disseram isso sobre a vida brasileira”. E não se pode ignorar o peso da falta desses estudos para as nossas dificuldades na obtenção do sucesso. Aliás, quem são os “filósofos brasileiros”? Estarão eles nas universidades ou serão os poetas, os artistas, os criadores populares, de Gregório de Mattos a Chico Buarque de Holanda?

Enfim, a discussão da identidade nacional brasileira poderia oferecer isso: uma “posição de sujeito”, de “interlocutor”, de “jogador”, ao povo brasileiro, na vida já planetária da humanidade. O mundo teria o Brasil como parceiro e o Brasil realizaria a idéia de Herder: tornar-se ia uma cultura viva, assumiria as suas cores, formas e cheiro, e se destacaria no jardim que é a humanidade.

Exemplo Ilustrativo: um pós-doc no ISP/Bélgica

Em 2007, estive no *Institut Supérieur de Philosophie* da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, fazendo um pós-doutorado (bolsa/Capes). Eu sou licenciado em História/UFMG e trabalho no departamento de história da UFMG, mas fiz a pós-graduação em filosofia, porque quis me especializar em filosofia e epistemologia da história. O meu supervisor no ISP foi o professor Michel Dupuis, *doyen* do ISP, a quem agradeço a atenção e gentileza com que me recebeu.

Houve por lá um simpósio intitulado “*Métissage Philosophique*”, cujos participantes eram os professores e os doutorandos do ISP, que incluem estudantes da África e da América Latina. E todos falaram de filósofos europeus! Uma doutoranda

belga fez uma pesquisa na internet sobre o conteúdo dos cursos de filosofia em todo o mundo e concluiu, decepcionada, que todos tinham o mesmo conteúdo: a história da filosofia européia, os pensadores europeus. Ela ficou decepcionada porque a Europa lamenta não ter interlocutores. O mundo estuda os seus filósofos como se fossem pensadores do “ser universal, atemporal”, como se existisse um “ser universal” e fosse branco, louro, dolicocefalo e falasse línguas européias, ignorando o engajamento dos “pensamentos universais” de Hegel, Nietzsche e Heidegger com a bem nacional “revolução alemã” (1870/1945). Contudo, hoje, talvez porque os europeus já estejam tranquilos quanto à sua vitória acachapante no terreno da cultura, estão atentos aos pensamentos norte-americano, oriental e muçulmano, e lamentam que a América Latina não tenha nada a lhes dizer, pois a vêem como um mundo de “radialistas”, de difusores das idéias européias. Aqui, a vitória deles foi absoluta! O único pensamento que eles acham que “vale à pena” na América Latina é a teologia da libertação, para eles, o único pensamento original, local, *made in Latin America*. E, neste colóquio, um colega latino-americano prometeu falar sobre a teologia da libertação, “o único pensamento latino-americano existente”, mas, no final, acabou reduzindo-a ao marxismo do século XIX, uma filosofia deles, que eles não suportam mais nem ouvir falar, o que os deixou mais decepcionados ainda... E ficou claro que temos dificuldade na articulação tanto da linguagem nossa quanto da deles!

Ao narrar este caso, não estou querendo “agradar os europeus”, como quem diz: “vamos nos atualizar, os europeus, agora, querem interlocutores, querem ouvir histórias exóticas, vamos diverti-los com os nossos espiritismos, lobisomens e almas penadas...” O que quero dizer é que, talvez, eles tenham razão: a nossa tarefa é pensar a nossa vida, o nosso mundo, por nós mesmos, pelo nosso sucesso, para nos reconhecermos, para formular os nossos problemas e encontrar as nossas/boas soluções. Vamos cuidar de nós mesmos, da nossa vida (*souci de nous*)! O estudo do pensamento europeu é importante para a nossa “formação técnica” e, é claro, a história da filosofia européia é essencial. Mas, uma vez feita esta formação técnica, passemos ao conteúdo brasileiro, criemos idéias que nos transformem e nos levem ao mais alto de nós mesmos. Que tal se passássemos a citar autores/obras brasileiros em nossos artigos e livros sobre temas brasileiros ou temas estrangeiros “em nossa perspectiva”, em ótimo e vivo português? Que tal uma contra-história da filosofia no Brasil? (Ver Onfrey, 2008)

Alguma Bibliografia

BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília, UNB, 1982.

COLLINGWOOD, RG. *A Idéia de História*. Lisboa, Presença, 1978.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa, Gradiva, 1993.

HERDER, J.G. Idéias para uma filosofia da História da Humanidade. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1984.

ONFREY, Michel e STAHEL, Monica. *Contra-História da Filosofia*. 2 vols. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 2008.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 1, de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, FGV, 2008 (9ª ed./10ª reimpressão).

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2, de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

RICOUER, Paul. *A Tríplice Mimese. Tempo e Narrativa I*. Campinas, Papirus, 1994.